

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GABRIEL ECCARD PIMENTEL REIS

**OS IMPACTOS DA INTERFERÊNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA  
DETECÇÃO DE FRAUDES CONTÁBEIS**

RIO DE JANEIRO

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GABRIEL ECCARD PIMENTEL REIS

**OS IMPACTOS DA INTERFERÊNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA  
DETECÇÃO DE FRAUDES CONTÁBEIS**

Trabalho final, apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:  
Professor Marcelo Fragoso

Rio de Janeiro  
2020

GABRIEL ECCARD PIMENTEL REIS

**OS IMPACTOS DA INTERFERÊNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA  
DETECÇÃO DE FRAUDES CONTÁBEIS**

Trabalho final, apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio de Janeiro, \_\_ de julho de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Marcelo Fragoso  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, que me capacitou e que permitiu que eu conseguisse chegar à conclusão da minha graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, apesar de toda dificuldade que enfrentei nesta trajetória.

Agradeço principalmente a minha família, em especial a minha mãe por ter me dado todo o incentivo, apoio e suporte que foi essencial durante toda a minha graduação. Sem a base de ensino que minha família me ofereceu eu não conseguiria ingressar na universidade que eu tanto sonhei em que fizesse parte da minha vida.

Agradeço a todos meus amigos e colegas de faculdade que me apoiaram e que não me fizeram desistir durante a graduação.

Por fim, agradeço a todos os mestres que tive a oportunidade de conhecer nas disciplinas cursadas durante a graduação do curso de Ciências Contábeis. Agradeço, pois eles contribuíram muito para a minha formação como, agora, contador.

**Sempre é hora certa de fazer o que é certo.**

**Martin Luther King Jr.**

## RESUMO

Nos últimos anos ocorreram grandes mudanças econômicas, políticas e culturais em decorrência do desenvolvimento econômico de grandes organizações e através da globalização. Essas mudanças tendem a não ser mais administradas, em decorrência do crescimento das organizações, somente pelos seus proprietários ou membros de sua família e sim por profissionais remunerados pela realização de suas atividades. Como efeito de todo esse processo, as grandes organizações mundiais tornaram-se bem complexas e um alto valor monetário tem transitado por elas. Com a complexidade e esse alto valor monetário em trânsito, verificou-se a necessidade imediata de ferramentas e práticas que pudessem trazer maior controle gerencial, e assim implementar o desenvolvimento de melhores controles internos por sistemas, otimização do desempenho de uma companhia, ao proteger todos os stakeholders. No Brasil, foi criado o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, para ser o principal órgão de criação de regulamentos e diretrizes da Governança Corporativa a fim de estabelecer um melhor relacionamento das empresas com seus interessados. A Governança veio para solucionar o conflito da divergência de pensamentos entre os proprietários e administradores que detém poder de decisão, denominado em conflito de agência. No geral, é visto que a Governança Corporativa pode agregar à empresa quando utilizada juntamente com uma boa governança, com maior qualidade do negócio, buscando mais receita para a organização e no desenvolvimento de uma administração ética. No mercado financeiro, esses fatores são de grande relevância e, com isso, pode ocasionar em maiores investimentos tanto por usuários das informações já internos quanto externos, alcançando ainda mais stakeholders para a companhia.

**Palavras-chave: Governança Corporativa, Controles Internos, Conflitos, Fraude.**

## **ABSTRACT**

In the last few years, major economic, political and cultural changes have occurred as a result of the economic development of large organizations and through globalization. These changes are no longer managed, due to the growth of organizations, only by their members or members of their family, but by professionals paid for carrying out their activities. As an effect of this whole process, as large world organizations are used very complex and a high monetary value carried by them. With complexity and this high monetary value in transit, check if the immediate need for tools and practices that allows you to increase management control and, therefore, implement the development of the best internal systems controls, optimizing the performance of a company, while protecting all stakeholders. In Brazil, the Brazilian Institute of Corporate Governance was created to be the main body for creating regulations and guidelines for Corporate Governance, to establish a better relationship between companies and their partners. Governance came to solve the conflict of divergence of thoughts between users and the agents that have the power of decision, called agency conflict. In general, it is seen that Corporate Governance can add to the company when used with good governance, with higher business quality, seeking more revenue for the organization and without developing ethical management. In the financial market, these factors are of great relevance and, as a result, they can cause greater investments for both internal and external information users, reaching even more stakeholders for a company.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Gráfico sobre Gestão Corporativa .....</b>	<b>14</b>
<b>Figura 2: Definição de Problemas de Agência .....</b>	<b>18</b>
<b>Figura 3: Novo Diamante da Fraude .....</b>	<b>24</b>
<b>Figura 4: Árvore da Fraude .....</b>	<b>25</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS



CFC – Conselho Federal de Contabilidade

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

ISA – *International Standard on Auditing*

ACFE - *Association of Certified Fraud Examiners*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
	1.1 JUSTIFICATIVA .....	13
	1.2 OBJETIVOS.....	13
	1.2.1 Objetivo geral .....	13
	1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
	2.1 CONCEITO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	15
	2.2 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	16
	2.3 ORIGEM DA GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	17
	2.4 CONFLITOS E PROBLEMAS DE AGÊNCIA.....	18
	2.5 EVOLUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	19
	2.5.1 Primeira Fase: Padronização de tarefas .....	20
	2.5.2 Segunda Fase: Mudança de postura de gerentes .....	20
	2.5.3 Terceira Fase: Era da qualidade .....	20
	2.5.4 Quarta Fase: Gestão de processos .....	21
	2.6 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL.....	21
	2.7 CONCEITO DE FRAUDE.....	22
	2.8 DIAMANTE DE FRAUDE.....	23
	2.9 TIPOS DE FRAUDE.....	25
	2.10 CORRUPÇÃO.....	25
	2.11 APROPIAÇÃO INDÉBITA DE ATIVOS.....	26
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA APLICADA .....</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADO E ANÁLISES.....</b>	<b>30</b>
	4.1 FRAUDES CORPORATIVAS .....	30
	4.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FRAUDULENTAS .....	31

4.3 CASO DE OPORTUNIDADE DE MELHORIA NA GOVERNANÇA CORPORATIVA – JBS S.A.....	32
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>34</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

Diversas mudanças econômicas, políticas e culturais ocorreram nos últimos anos em decorrência da globalização e do desenvolvimento econômico das grandes organizações. Com a aproximação das economias mundiais através da globalização, o Brasil sentiu esse impacto com o crescente fluxo de capital estrangeiro migrando para dentro do país e também pelo sentido inverso, entretanto com menos intensidade. Essa mudança trouxe como consequência uma necessidade de melhoria nos controles internos e a elaboração de informações cada vez mais fidedignas aos usuários que são importantes para as tomadas de decisão.

Devido ao crescimento das organizações, essas tendem a não ser mais administradas apenas pelos seus proprietários ou membros de sua família e sim por profissionais remunerados pela realização de suas atividades. Desta forma, ocorre a separação da propriedade e o controle (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 139-140). Entretanto, os interesses desses profissionais remunerados podem não convergir com os dos proprietários ou investidores em função de ter seus próprios objetivos, tendendo, por isso, a favorecer estratégias na empresa que aumentem suas chances de carreira e remuneração, em vez de maximizar o valor da empresa (MERRET et al. Apud CIA, GUARITA e CIA, 2002, p. 2).

A governança corporativa é um tema que tem tido destaque tanto no meio acadêmico quanto no meio empresarial (AMARAL et al., 2008). A adoção de práticas de governança corporativa é essencial para verificar se as informações divulgadas são fidedignas, confiáveis, relevantes e atendem aos interesses dos analistas e investidores, pois possibilita a oportunidade, qualidade e credibilidade dessas informações. Além disso, um fator principal para essa adoção é a detecção de ações fraudulentas, comportamentos anômalos e criação de processos mitigatórios de riscos em controles internos em relação à fraude.

De acordo com Dechow e Schrand (2004, p. 3), a governança afeta positivamente a qualidade dos números contábeis reportados e lucros de boa qualidade são persistentes e previsíveis.

Conforme (MUNIZ, 2005) a falta de um sistema de governança corporativa traz consequências desagradáveis e altamente prejudiciais à empresa, dentre elas o abuso de poder, fraudes e falhas na comunicação interna. Desta forma, grandes corporações juntamente a órgãos reguladores fortalecem e incentivam a implementação de um sistema pelo qual as empresas e demais instituições são dirigidas e monitoradas. Além disso, esse sistema propõe uma maior interação e alinhamento entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização, controle e demais partes interessadas.

Segundo Rodrigues e Mendes (2004), uma empresa com efetiva governança corporativa atuando em um mercado consumidor em expansão, que procura efetivas performances, investindo em oportunidades complementares, com positivas sinergias em relação à infraestrutura operacional tem o valor das ações ou valor de seus negócios em crescimento. O fato se concretiza pela maior procura de investidores para comprar ou participar do negócio em relação à oferta para venda das ações ou quotas de participação.

Dessa forma, a governança corporativa pode ser uma ferramenta que busca proporcionar maior transparência e confiabilidade nas informações divulgadas pela companhia. Com maior segurança nas informações, os usuários sentem-se mais confortáveis em realizar seus investimentos sabendo que a companhia possui um bom controle interno que mitiga os mais diversos riscos que possam existir dentro de uma corporação e em relação a ações corruptas de funcionários que desejam cometer fraude intencionalmente. Além disso, falta da prática de governança causa baixa transparência e a consequente baixa de confiabilidade na organização empresarial.

Sendo assim, pergunta-se: **De qual forma a governança corporativa gera impacto na detecção e na identificação de fraudes contábeis na organização?**

## **1.1 JUSTIFICATIVA**

Esta pesquisa observa a utilidade da Governança Corporativa da atualidade para a detecção e prevenção de possíveis ações de fraudes e de qualquer atitude que não seja normal no processo operacional rotineiro das organizações.

Compreende-se que o mercado de capitais brasileiro é considerado um mercado de risco, pois decorre das condições da economia geral que podem alterar os confiabilidade nas empresas que fazem parte deste mercado. Contudo, a Governança Corporativa tem total influência na mitigação dos riscos provenientes de possíveis ações fraudulentas dentro das organizações que fazem parte desse mercado.

Este estudo visa contribuir para informar como a Governança pode ser um meio essencial tanto para o desempenho econômico interno das grandes corporações quanto para a melhoria de controles internos que visam a prevenção de fraudes.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo geral:**

Nesse contexto, a referida pesquisa tem com objetivo geral analisar os principais impactos da Governança Corporativa na Detecção de Fraudes.

### **1.2.2 Objetivos específicos:**

- Apresentar os conceitos, princípios e mecanismos da Governança Corporativa e sua contribuição para a detecção de processos fraudulentos dentro das organizações.
- Entender e descrever a evolução das estruturas organizacionais
- Identificar e analisar os principais riscos mitigados pela Governança Corporativa
- Explorar e entender a contribuição da adoção dessa prática para a detecção e prevenção de fraudes.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo deste item é de apresentar e discutir conteúdos relacionados à Governança Corporativa como ferramenta para Detecção de Fraudes.

### 2.1 CONCEITO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum. (Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, IBGC, 2015, p. 20-21)

Diferentes fatores negativos são controlados e monitorados com objetivo de que possa existir uma gestão corporativa eficaz e adequada através desse sistema, conforme podemos verificar na figura abaixo:

**Figura 1 – Gestão Corporativa**



Fonte: Fórum ABBC (PWC) – maio 2011

Através da Instrução nº 308 publicada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi definido como Governança Corporativa um conjunto de práticas que têm por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia, ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A análise das práticas de

Governança Corporativa aplicada ao mercado de capitais envolve, principalmente: transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas (CVM, INSTRUÇÃO Nº 308, 1999 p. 18-19).

Já Oliveira (2007, p. 09) define a Governança Corporativa de forma mais gerencial, apresentando a estrutura organizacional e sua importância no valor da empresa. Governança Corporativa para o autor consiste, portanto, em um modelo de gestão que objetiva melhorar a atratividade da empresa reduzindo o risco do negócio. Oliveira disserta sobre o modelo de gestão que, a partir da otimização das interações entre acionistas ou cotistas, Conselhos – de administração e Fiscal, Auditorias – interna e externa – e Diretoria Executiva, proporciona a adequada sustentação para o aumento da atratividade da empresa no mercado – Financeiro e Comercial – e consequentemente incremento no valor da empresa, redução do nível de risco e maior efetividade da empresa ao longo do tempo.

No geral, as definições e conceitos mostram que a Governança Corporativa pode agregar à empresa consideravelmente quando utilizada juntamente com uma boa governança, gerando lucratividade, maior qualidade do negócio e boa administração. Esses três itens são muito bem vistos no mercado financeiro e, com isso, pode ocasionar em maiores investimentos tanto por usuários das informações já internos quanto externos, alcançando ainda mais *stakeholders* para a companhia.

## 2.2 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo com o IBGC, os princípios básicos da Governança Corporativa são (site IBGC):

- Transparência: consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização;
- Equidade: caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades e expectativas;
- Prestação de contas (*accountability*): os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as



consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis;

- Responsabilidade corporativa: os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, de reputação, etc) no curto, médio e longo prazos.

Visto isso, fica claro que os conceitos, princípios e objetivos apresentados estão conectados com as evoluções organizacionais juntamente com a Governança Corporativa. Ao longo dos anos, o contexto de negócio se alterou, isto é, a empresa atingiu suas primeiras metas de Governança Corporativa e houve mudanças nos ambientes interno e externo (Guia Prático de Governança Corporativa, 2009, p. 158). Desta forma, verificamos que a evolução dos dois tornam-se pilares para o crescimento e sucesso macroeconômico.

### **2.3 ORIGEM DA GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Nos períodos anteriores à Revolução Industrial, a maior parte dos negócios possuía suas atividades centradas na figura do proprietário. Ele era responsável pela produção, comercialização e inclusive administração desse mesmo negócio. (MARSHALL, 1982, p. 272). O autocrático proprietário e diretor de um grande estabelecimento industrial ou comercial, à medida que os anos passam, verifica que precisa delegar a seus principais subordinados responsabilidades cada vez maiores em parte porque o trabalho a ser feito é cada vez mais pesado e em parte porque sua própria resistência não é mais o que era. (MARSHALL, 1982, p. 347).

Seguindo essa linha de raciocínio, alguns pesquisadores entendem que, à medida que crescem e evoluem, as organizações se tornam complexas, alterando suas estruturas, o que resulta na demanda por novos e melhores sistemas de controle (ANDREATT et al. 2009; p. 221-240).

A demanda pela necessidade de melhores sistemas de controle, foi impulsionada ao longo do século XX, onde a economia dos diferentes países tornou-se cada vez mais integrada aos dinamismos do comércio internacional, assim como pela expansão das transações financeiras em escala global. Nesse contexto, as companhias sofreram importantes transformações, uma vez que o acentuado ritmo de crescimento de suas atividades promoveu uma readequação de sua estrutura de controle, decorrente da separação entre a propriedade e a

gestão empresarial. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, IBGC, 2009).

A partir desse ambiente de grandes transições, entendemos o novo cenário estrutural das organizações, onde a figura do controlador perde espaço e conseqüentemente as empresas têm seu controle pulverizado.

Ainda segundo IBGC (2009), tal surgimento está submetido à superação do “conflito de agência” clássico e à assimetria informacional. Estruturado da seguinte forma, o proprietário (acionista) delega a um agente especializado (administrador) o poder de decisão sobre a empresa (nos termos da lei), situação em que podem surgir divergências no entendimento de cada um dos grupos daquilo que consideram ser o melhor para a empresa e que as práticas de Governança Corporativa buscam dirimir.

Os argumentos demonstrados nesse capítulo são essenciais para entender a origem da Governança Corporativa. A partir do conflito de interesses entre o principal e o agente, verifica-se a necessidade de se adotarem mecanismos que promovam o alinhamento de interesses entre essas partes, objetivo principal da Governança. (HITT, IRELAND & HOSKISSON, 2003. p.274-280).

## **2.4 CONFLITOS E PROBLEMAS DE AGÊNCIA**

Segundo site IBGC (2018), a Governança Corporativa surgiu para superar o conflito de agência clássico. Nessa situação, o proprietário (acionista) delega a um agente/administrador a função de decisão sobre a empresa, situação em que podem surgir divergências entre os grupos daquilo que consideram ser o melhor para a empresa e que as práticas de Governança Corporativa buscam mudar.

Segundo Jensen e Meckling (1976, apud Silva, 2016, p. 74) os conflitos de interesse nascem motivados pelo fato de o principal ter um objetivo específico com a contratação enquanto o agente também tem os seus próprios objetivos, às vezes, conflitantes.

Nascimento et al disserta que, em síntese, os conflitos entre principal e o agente são inevitáveis, pois o agente recebe uma remuneração e em troca teria de agir de acordo com os interesses do principal. O problema é que isso tende a não acontecer, pois ele sempre buscará primeiro realizar os seus próprios objetivos (NASCIMENTO et al, 2013, p. 91).

Para minimizar o problema, as empresas e seus acionistas deveriam adotar uma série de medidas para alinhar interesses dos envolvidos, buscando o sucesso da empresa. Conforme Saito e Silveira (2008, p. 80), no caso da relação entre acionistas e gestores (diretores,

executivos, gerentes), os acionistas poderiam diminuir as divergências monitorando as atividades dos executivos e estabelecendo os interesses dos gestores aos seus administradores, que são chamados de custos de agência.

Os problemas de agência ocorrem quando os interesses do agente não estão alinhados com o principal. Byrd, Parrino e Pritsch (1998, apud Nascimento et al 2013, p. 93) cita que os principais problemas da agência podem ser classificados em: problema de esforço dos empregados, problema no horizonte de tempo, problema de diferente preferência de risco e problema no uso dos ativos, cujos detalhamentos estão demonstrados na figura 2:

**Figura 2** – Definição dos problemas de agência

2.3.1.1 Problemas de esforço dos empregados	Esses Problemas surgem quando os gestores empregados buscam na empresa outras vantagens não pecuniárias além da remuneração, isto é, quando o agente coloca seus esforços para a conquista de bônus, promoções, aumentos de salários, etc. Os esforços dos agentes seriam medidos conforme seus incentivos, sendo assim, quanto maior sua remuneração ou premiação, maior seus esforços para exercer determinada função e vice-versa.
2.3.1.2 Problema de Horizonte de Tempo	Os horizonte de tempo de permanência de tempo na empresa do principal e agente são diferentes, por isso, o principal parte do pressuposto de que a empresa tem vida ilimitada e vida seus investimentos a longo prazo, os agentes por sua vez se preocupam apenas com o período em que ele permanecerá na empresa, visando retornos a curto prazo, em prol a seu maior benefício.
2.3.1.3 Problemas de diferentes preferencias de risco	Os proprietários da empresa tentem a terem diversas fontes de rendas, isso lhes proporciona maior interesse em correr mais riscos para maximizar seus lucros, já os agentes tendem a ter uma única fonte de rendimentos presentes e futuros, sendo assim, preferirem adotar linhas mais conservadoras de investimentos, uma vez que um insucesso da empresa ou crises, podem afetar diretamente seu patrimônio, cargo na empresa e estabilidade.
2.3.1.4 Problema no uso do Ativo	Ocorre quando os gestores se beneficiam dos ativos da empresa, utilizando para fins pessoais. Um exemplo disso e quando em gerente usa o carro da empresa para fazer viagens particulares, ou faz compras pessoais com o cartão de crédito da empresa.

Fonte: Nascimento *et al.* (2013, p. 93)

Como verificado no quadro acima, será necessário que a empresa tenha gastos destinados para evitar os problemas de agência, e assim ser resolvido de forma adequada onde empresa possa continuar com suas atividades da melhor forma praticável.

## 2.5 EVOLUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança é um termo antigo que teve origem no final do século XIX onde surgiram as primeiras ações de análise e padronização de tarefas. A história da Governança Corporativa pode ser dividida em quatro fases: a primeira é a fase de padronização das

tarefas; a segunda fase teve como característica a valorização da mão de obra e de seu ambiente de trabalho com a mudança de postura dos gerentes em relação aos seus empregados; a terceira fase representa a era da Qualidade pós 2ª Guerra Mundial; a quarta é a fase da gestão de processos que teve influência da era da Qualidade, onde surgiram as primeiras ferramentas para alinhar estratégia à gestão organizacional e também houve aumento do foco nos processos de redução de defeitos. (site Evolução da Governança Corporativa, DevMedia, 2013).

### **2.5.1 Primeira Fase: Padronização de Tarefas**

A primeira geração da Gestão Organizacional surgiu na passagem para o século XX, onde a expansão da Revolução Industrial na América impulsionou o início de um grande avanço para a administração criando uma realidade nova para as organizações. Dentro dessa nova realidade se destacaram grandes ícones da gestão da produção, como Taylor, Ford e Fayol. Estes introduziram as primeiras ações de análise e padronização de tarefas. Frederick Winslow Taylor, teve a sua principal participação no desenvolvimento de métodos totalmente novos de administração, na escala de operações. Outro que teve grande importância contribuindo de forma prática para resolver problemas de eficiência foi Henry Ford, criador da linha de montagem móvel. Por fim, Alfred Sloan, um dos primeiros presidentes da General Motors, criou a estrutura organizacional que completou o modelo da grande corporação que então dominou o cenário social a partir do século XX. (site Evolução da Governança Corporativa, DevMedia, 2013).

### **2.5.2 Segunda Fase: Mudança de Postura dos Gerentes**

A considerada segunda fase da gestão organizacional caracterizou-se pela mudança de postura dos gerentes em relação a seus empregados focando a melhoria da produtividade. Os gerentes, ou administradores, são os protagonistas do processo administrativo. São os responsáveis pelo trabalho dos outros funcionários dentro da organização. (site Evolução da Governança Corporativa, DevMedia, 2013).

### **2.5.3 Terceira Fase: Era da Qualidade**

Segundo o site DevMedia (2013), a terceira geração da Gestão Organizacional representa a era da Qualidade, que iniciou-se logo após a Segunda Guerra Mundial com o modelo Total Quality Control (TQC), onde tem o foco na qualidade, com o a ideia de que todas empresas deveriam ter um departamento para cuidar exclusivamente da qualidade, tendo como principal

atribuição preparar e ajudar a administrar o programa da qualidade. Uma das características mais importante do TQC é a necessidade de mudar a ênfase da correção para a prevenção de defeitos. O TQC tinha como ponto de partida, o interesse do cliente para a definição principal de qualidade, ou seja, a empresa tem que ter foco no cliente. Daí conclui-se que qualidade não é apenas a conformidade com as especificações, que era o significado tradicional, na qual predominava a atividade de inspeção, mas sim, deveria ser embutida no produto ou serviço desde o começo, a partir dos desejos e interesses do cliente.

#### **2.5.4 Quarta Fase: Gestão de Processos**

Por fim, ainda segundo o site (DevMedia), essa fase foi fortemente influenciada pela da era da Qualidade, que propiciou o aperfeiçoamento dos processos e o aumento da qualidade de bens e serviços. Nessa fase foram implementados programas de melhoria contínua, técnicas para identificar defeitos e priorizar reparos. Surgiram também as primeiras ferramentas para alinhar a estratégia à gestão organizacional, aumentando o foco nos processos para a busca de redução de defeitos. Observa-se que essa última fase foi marcada pela consolidação da Governança Corporativa no mundo atual.

### **2.6 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL**

Com o surgimento da Lei das Sociedades Anônimas que prevê a prática de divisão de poderes entre o conselho de administração e diretoria, bem como oferece cinco linhas básicas de orientação: proteção do acionista minoritário; responsabilização do acionista controlador; ampla diversificação dos instrumentos de fiscalização postos à disposição dos acionistas; diferenciação entre companhia aberta e fechada; e definição os interesses fundamentais que a sociedade anônima representa. Durante a década de 1980 verificou-se o surgimento dos fundos de pensão, fundos de investimento, fortalecimento da Bovespa e da Bolsa do Rio, da CVM e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade (Borges e Serrão, Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v12, p.111, 2005). Ainda segundo Borges e Serrão (2005, p. 121), as transformações estruturais ocorridas nos anos 1990 (abertura comercial, estabilização monetária e privatizações) produziram importantes reflexos entre as principais empresas. Com isso, houve a ampliação do poder dos conselhos e a presença de um forte mercado de investidores institucionais.

Apesar das transformações, o Brasil ainda possui um mercado concentrado, no qual o maior acionista possui, em média, 41% do capital social, enquanto os cinco maiores acionistas detêm 61% (Borges e Serrão, 2005, p. 122). Conforme pode ser constatado em pesquisa feita

com a CVM, atualmente se cometem dezenas de irregularidades que acabam prejudicando o alinhamento de interesses entre stakeholders das empresas. Entre essas irregularidades destacam-se as seguintes: criação de condições artificiais de demanda, pareceres de auditoria irregulares, utilização de informação privilegiada na negociação de ações, alienação de controle sem a realização de oferta pública para a compra de ações ordinárias, abuso de poder do acionista controlador pela concessão de empréstimos a empresas coligadas sem a cobrança de encargos financeiros, descumprimento dos prazos para a publicação de demonstrações financeiras e para realização de assembleias gerais (Borges e Serrão, 2005, p. 122). Por fim, podemos entender que a Governança Corporativa no Brasil vem crescendo bastante ao longo do tempo visto as grandes transformações que ocorreram nas últimas décadas. Porém, ainda segue com dificuldades de implementar adequadamente essa prática pelos diversos motivos apresentados e por ainda possuir um mercado financeiro em ascensão. Os impactos sentidos pela prática da Governança Corporativa no Brasil é apenas sentido nas grandes organizações que possuem fortes recursos e que realmente precisam de uma atividade voltada para o melhor controle das atividades de forma geral.

## **2.7 CONCEITOS DE FRAUDE**

Fraude é um ato intencional praticado por um ou mais indivíduos entre gestores, responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, envolvendo o uso de falsidade para obter uma vantagem injusta ou ilegal. (ISA 240 da Iaasb – 2016, item 11). Além de ser um ato intencional, a fraude pode se qualificar também na omissão concebida para se aproveitar de situações ilícitas.

A norma NBC T 11 – IT3, que visa explicar o item 11.1.4 da NTC T 11 (1999, item 2), dividiu a fraude em três características básicas:

A primeira refere-se à manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros ativos, passivos e resultados. A segunda é apropriação indébita de ativos. A terceira é registro de transações sem comprovação. Por fim, a quarta é aplicação de práticas contábeis indébitas.

Ainda segundo a norma NBC T 11, fraude difere de erro pelo fato de que o erro é o ato não intencional na elaboração de registros e demonstrações contábeis, que resulte em incorreções deles, consistente em erros assimétricos na escrituração contábil ou nas demonstrações contábeis, aplicação incorreta das normas contábeis e interpretação errada das variações patrimoniais.

Na visão segundo Sá e Hoog (2010, p. 21), enquanto a fraude tem a característica de dolo, cometido premeditadamente e com intuito de obtenção de vantagem, o erro pode ser caracterizado como uma ação ou omissão involuntária.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na NBC TI 01 (2003), que trata sobre os procedimentos de auditoria, estabeleceu a seguinte distinção:

12.1.3.2 – O termo fraude aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos, quanto monetários.

12.1.3.3 – O termo erro aplica-se a ato não intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos, quanto monetários.

Observa-se que as duas definições abordam a importância de o profissional responsável pelo levantamento, ao deparar-se com o fato, realizar o julgamento, avaliando se o ato foi realizado de forma premeditada ou involuntária. Importa ressaltar que ambas as situações causam prejuízo à empresa, porém a forma de conduta dos profissionais, responsáveis pela apuração, é totalmente distinta.

## 2.8 DIAMANTE DE FRAUDE

A fraude sempre esteve presente na sociedade desde os primórdios dos tempos e, possivelmente, continuará sua intermitente, porém contínua, carreira. Não é diferente ao relacionar-se essa ocorrência nos processos de uma empresa, uma vez que a operacionalização, o controle e o gerenciamento são realizados por indivíduos de natureza humana, nos quais os aspectos éticos e morais flexibilizam-se de acordo com a cultura da sociedade. Aristóteles adverte-nos de que não devemos exigir muita exatidão na investigação ética (IRWIN, 1996, p. 13).

**Figura 3** – Novo Diamante da Fraude



Fonte: Dorminey et al., (2011).

Por motivos socioeconômicos, as empresas, buscando alcançar seus objetivos implícitos, procuram entender e minimizar as causas e consequências dos atos fraudulentos (KPMG, 2009 p. 11).

O Diamante da Fraude de Dorminey et al. (2011 p. 18-25) ilustra os elementos que, rotineiramente, estão presentes nos atos fraudulentos: pressão, oportunidade e racionalização, os quais, na Figura 1, estão reforçados por uma mente criminoso e atitude arrogante. Dorminey et al. (2011) e ACFE (2012a) sugeriram que o processo de execução da fraude pode seguir os seguintes passos:

- i) pressão, vontade ou necessidade de cometer a fraude;
- ii) oportunidade, identificação de uma falha nos controles que possibilita a realização do ato;
- iii) racionalização, autoconvencimento, após analisar os riscos envolvidos, de que vale a pena correr o risco; e,
- iv) capacidade de intuir que possui as características e habilidades necessárias para realizar o ato fraudulento.

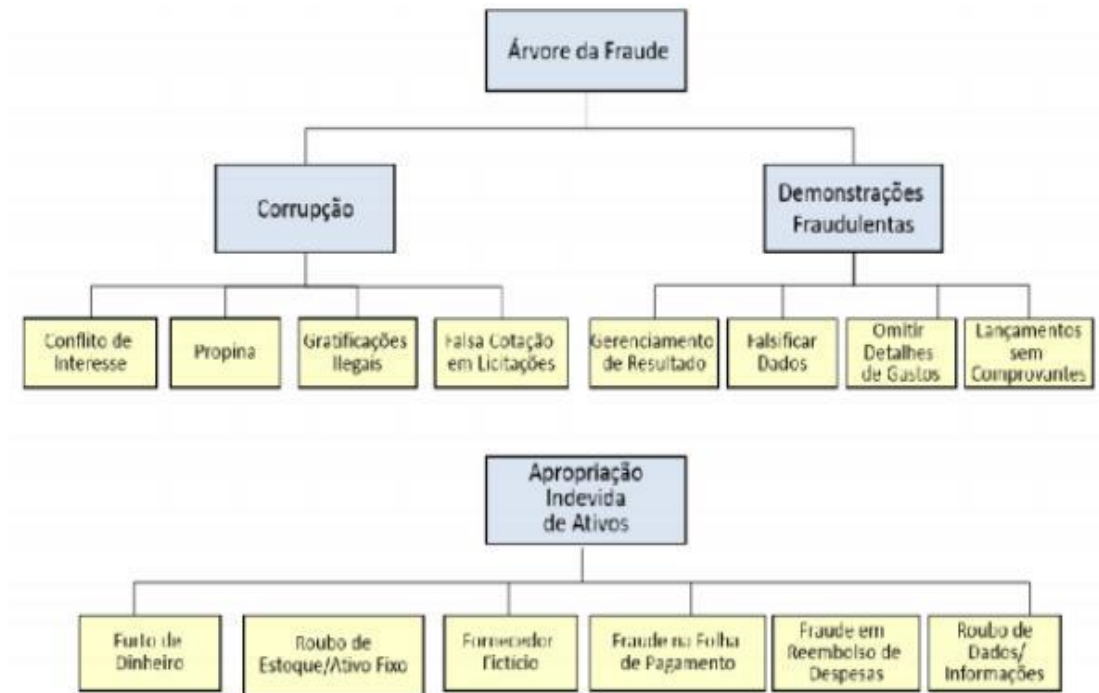
Além disso, relaciona a responsabilidade da administração em relação a esse assunto que é a prevenção e identificação de fraudes e/ou erros mediante manutenção de adequado sistema de controle interno.

## **2.9 TIPOS DE FRAUDE**

A contribuição mais relevante para o tratamento das formas de fraudes corporativas foi desenvolvida pela Association of Certified Fraud Examiners (ACFE, 2010), mediante a divulgação da Árvore da Fraude em seus relatórios anuais. Com o objetivo de apresentar as formas conhecidas de fraudes corporativas, a ACFE desenvolveu a ‘Árvore da Fraude’, estrutura que apresenta 51 tipos individuais de fraudes, divididos em três grupos: corrupção, apropriação indébita de ativos e demonstrações financeiras fraudulentas. A Árvore da Fraude é apresentada de forma resumida na Figura 4.



**Figura 4 – Árvore da Fraude**



Fonte: Adaptado pelos autores a partir da *Association of Certified Fraud Examiners (ACFE, 2010, p.7)*.

## 2.10 CORRUPÇÃO

Wells (2008, p. 237) definiu a corrupção como o “ato realizado por uma pessoa que utiliza seu cargo ou posição para obtenção de vantagem pessoal em detrimento da organização que ele representa”.

No meio corporativo, a utilização do termo Corrupção tem sido cada vez mais frequente nos negócios, envolvendo empresas privadas e instituições públicas. Tal fato tem sido evidenciado nas pesquisas realizadas pela ACFE. Na pesquisa ocorrida em 2012, mostrou que 33,4% dos atos fraudulentos foram caracterizados como corruptos, um crescimento de aproximadamente 0,6% em relação à última pesquisa realizada em 2010, e 6,5%, em relação a 2008 (ACFE, 2012).

No cenário brasileiro, a definição de corrupção tem uma forte ligação com o setor público. Os estudos realizados por pesquisadores brasileiros trazem a definição de corrupção como sendo o comportamento de pessoas com autoridade ou função pública que se desviam de suas obrigações para obter vantagens pessoais, sejam elas de caráter financeiro ou pessoal,

porém, envolvendo o patrimônio público (ARAÚJO, 2005, p. 6; EMPRESA LIMPA, 2010; MACIEL, 2005, p. 16).

No geral, esse tipo de fraude divide-se em quatro subcategorias (site Gestão de Segurança Privada):

**Conflito de interesses:** patenteia o favorecimento pessoal ou de um terceiro através do desenvolvimento de esquemas de compras ou vendas.

**Suborno:** representa a prática de oferecer dinheiro ou benefícios a um indivíduo em troca de um ato ilícito promovendo a obtenção de vantagens.

**Gratificações ilegais:** constituem uma recompensa paga, de forma ilícita, pela realização de um determinado serviço prestado.

**Extorsão:** econômica compreende a obtenção de vantagens por parte de outrem com recurso à coação, chantagem ou violência.

As fraudes verificadas acima possuem semelhanças com práticas antiéticas, de acordo com as legislações vigentes adequadas a cada tipo de organização empresarial. Uma Governança Corporativa eficaz, atribui as companhias a identificação e prevenção de comportamentos antiéticos.

## 2.11 APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE ATIVOS

Albrecht, Kranacher e Albrecht (2008, p. 1) e Wells (2008, p. 45) sugeriram que a apropriação indébita de ativos pode ser caracterizada como o “caso em que o perpetrador utiliza-se de artifícios com o intuito de furtar ou utilizar indébitamente os recursos de uma organização, sejam eles financeiros ou não financeiros, em benefício próprio”.

Ainda segundo Albecht, Kranacher e Wells (2008, p.1 e p. 45), essa apropriação indébita de ativos tem como característica o benefício direto ao indivíduo responsável pelo ato, podendo este ser caracterizado como empregado da empresa, fornecedor, cliente, prestador de serviços, entre outros. A característica principal da apropriação indébita é a utilização de métodos e procedimentos que possibilitem burlar os controles existentes da entidade, enganando e ocasionando eventual dolo a terceiros.

Em relação à apropriação indébita do dinheiro, esta subdivide-se em três meios: furto, gastos fraudulentos e sonegação.

**Furto:** consistem desviar valores em caixa e depósitos

**Gastos fraudulentos:** compreendem esquemas relacionados com falsificações de faturamento, remunerações, reembolsos de despesas, cheques e falsos registros de caixa.

**Sonegação:** ação de deixar de pagar, contribuir ou declarar valores, escondendo de maneira fraudulenta para o benefício próprio.

Contudo, a apropriação indébita de ativos é um dos tipos de fraude mais comuns na atualidade. Para que ocorra esse tipo de fraude, é preciso alto conhecimento nas finanças da

empresa e em contabilidade também, para que seja praticada sem contratempos. Geralmente, as pessoas que possuem esse alto conhecimento do que ocorre internamente na empresa são da Alta Administração. Portanto, a maioria dos casos envolvendo apropriação indébita de ativos é praticada pela Administração da Companhia justamente por esse conhecimento interno aprimorado e com informações privilegiadas.

### **3. METODOLOGIA APLICADA**

Em busca de proporcionar maior familiaridade com o tema e visando torná-lo mais explícito, foi utilizado o método de pesquisa explicatória, com a finalidade de esclarecer as principais razões para a utilização da Governança Corporativa nos processos de controle interno para identificar e detectar possíveis atitudes fraudulentas

A metodologia é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados em uma pesquisa com objetivo de formular e resolver problemas de uma maneira sistemática (GIL, 1999, p. 26). Por isso, um método de pesquisa pode ser caracterizado pela forma de abordagem do problema, de acordo com seus objetivos e com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Segundo Gil (2002, p.41), pode-se dizer que este tipo de pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado, sendo na maioria dos casos assumindo a forma de pesquisa bibliográfica.

Segundo GIL (2002, p. 59), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se ao longo de uma série de etapas. Seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos fatores tais como natureza do problema, o nível de conhecimento que o pesquisador dispõe sobre o assunto e o grau de precisão que se pretende conferir à pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (GIL, 2002, p.44).

Ainda segundo GIL (2002, p. 59), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se ao longo de uma série de etapas. Seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos fatores tais como natureza do problema, o nível de conhecimento que o pesquisador dispõe sobre o assunto e o grau de precisão que se pretende conferir à pesquisa.

Assim, qualquer tentativa de apresentar um modelo para desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica deverá ser entendida como arbitrária.

No geral, a pesquisa possui um desenvolvimento com base na identificação de etapas sucessivas, o que não se devem ser entendidas como um roteiro rigoroso que se deva seguir, mas sim como um roteiro elaborado com base na experiência do autor. Portanto, a pesquisa compreende as seguintes etapas:

- escolha do tema;
- levantamento bibliográfico preliminar;
- formulação do problema;
- elaboração do plano provisório de assunto;
- busca das fontes;
- leitura do material;
- fichamento;
- organização lógica do assunto; e
- redação do texto.

Todas as etapas fundamentais de desenvolvimento da pesquisa, são realizadas de forma que o receptor possa extrair todo o conteúdo desenvolvido de forma efetiva.

## **4. RESULTADOS E ANÁLISES**

### **4.1. FRAUDES CORPORATIVAS**

Segundo Paulino da Costa e Wood Jr. (2012, p. 464), nos últimos anos, escândalos envolvendo fraudes corporativas ganharam manchetes na mídia. As fraudes corporativas podem gerar prejuízos bilionários para investidores, clientes e fornecedores. Em muitos casos, levam as empresas ao desaparecimento, ceifando empregos e gerando impactos negativos sobre a comunidade. Além disso, podem abalar a confiança de clientes, acionistas e investidores.

Porém, as fraudes têm levado a um aumento do nível de controle sobre as operações. Conforme explicitado anteriormente, de maneira genérica, fraude é qualquer ato arbiloso, enganoso e de má fé com o intuito de lesar ou ludibriar outrem ou de não cumprir determinado dever (HOUAISS, 2007, p. 59).

Tendo por base nos estudos de Baucus (1994) e Ashforth (2008), a fraude corporativa é classificada em cinco elementos: sociedade; marco regulatório; setor de atividade; organização; e indivíduo.

O primeiro componente da fraude corporativa, é a sociedade, com sua história e valores, assim como os comportamentos que aceita e que condena (Paulino da Costa e Wood Jr., 2012, p. 465). A Transparência Internacional, uma organização social, divulga anualmente um ranking de percepção de corrupção. Com uma nota de 3.8, o Brasil situa-se em 73º lugar, entre 183 países (TRANSPARENCIA INTERNACIONAL, 2011). Tendo em vista essa posição, é possível um cenário mais propenso para a realização de fraudes e corrupções.

O segundo componente é constituído pelos marcos regulatórios que consiste em dizer que as fraudes podem ser consideradas como fruto da corrupção sistêmica do capitalismo em função de estarem espalhadas na economia envolvendo organizações públicas e privadas, organizações sociais e até mesmo instituições religiosas (BADAWI, 2005, p. 8-14).

O terceiro componente a ser considerado é o setor de atividades, que podem facilitar ou coibir a ocorrência de fraudes. Dentro do setor de atividades, destaca-se a cultura, a pressão competitiva e o nível de heterogeneidade (Paulino da Costa e Wood Jr., 2012, p. 465).

O quarto componente é a organização, o principal da fraude corporativa, no qual o delito é planejado e realizado. A literatura científica que trata de fraudes corporativas como foco na organização costuma mirar os sistemas internos de controle (SCHNATTERLY, 2003, p. 587-614). Tais sistemas existem para garantir o nível adequado de controle das operações, gerenciar riscos das operações e assegurar a perenidade dos negócios. Ainda segundo

SCHNATTERLY (2003, p. 587-614), os sistemas de Governança Corporativa experimentaram enorme desenvolvimento e disseminação nas últimas décadas. São hoje considerados como importante de prevenção de fraudes cometidas pela alta gestão. Os conselhos de administração podem atender às listas de boas práticas, porém não garantem a eficácia na prevenção de fraudes corporativas (Abbot, Park, Parker, 2000).

O quinto componente é constituído pelos indivíduos, ou seja, os agentes dos atos fraudulentos. No entanto, sua racionalidade e seu comportamento são influenciados pelo ambiente e pela cultura organizacional. Ambientes e culturas organizacionais não éticos, além de incentivarem o comportamento corrupto, conferem-lhe legitimidade (BUTTERFIELD, TREVIN, WEAVER, 2000, p. 981-1018).

Esses níveis classificados anteriormente são bem específicos para a fraude corporativa. Pode-se observar que todos os itens detalhados possuem correlação com os fatos de uma fraude ocorrida em uma empresa. Toda fraude apresenta traços caráter consequentes da sociedade vivenciada, marcos regulatórios, setor de atividade dentro das organizações, a organização em si e, claro, o indivíduo.

#### **4.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FRAUDULENTAS**

A manipulação do das informações contidas dos relatórios contábeis, ocorrem de muitas vezes através dos administradores ou pessoas de cargo de responsabilidades, que utilizam seus conhecimentos sobre a organização e sobre as normas, realizando assim que é conhecido como “contabilidade criativa” (*creative accounting*). Essas fraudes ocorrem principalmente para atender os interesses de seus administradores, como incentivar investimentos através da venda de ações, demonstrar um aumento no lucro por ação da participação nos lucros da parceria permitindo um aumento no pagamento de dividendos, cobrir a incapacidade de gerar fluxos de caixa, evitar percepções negativas do mercado.

Wells (2008, p. 299) definiu a fraude das demonstrações financeiras como distorções deliberadas, omissões de fatos ou divulgações de demonstrações financeiras, com intenção de provocar engano a seus usuários, especialmente investidores e credores.

Segundo (ACFE, 2017, p. 1203), fraude na demonstração financeira é a deturpação deliberada da condição financeira de uma empresa realizada por meio da distorção ou omissão intencional de valores ou divulgações nas demonstrações financeiras para enganar os usuários da informação. Os dois conceitos atribuem ao fato de que a fraude impacta diretamente os usuários das informações: os investidores, stakeholders e até clientes.

### **4.3. CASO DE OPORTUNIDADE DE MELHORIA NA GOVERNANÇA CORPORATIVA – JBS S.A.**

A JBS S.A. vem incorporando melhorias em nas suas práticas de governança corporativa. Nos últimos anos a companhia, além de se envolver em vários sistemas de fraude sanitárias, ela se envolveu em um grande esquema de corrupção, como compra de influência, pagamento de propina e financiamento ilegal de campanhas políticas, envolvendo nomes de políticos e empresas públicas, entre outros (Portal G1, 2017; Vieira, 2017; Valor Econômico, 2017 citado por Oliveira et al, 2018) sendo uma das principais empresas investigadas por uma das maiores operações da Polícia Federal, entre outras operações da Polícia Federal que a JBS era investigada, denominada Lava Jato. Esta investigação gerou um grande impacto negativo a companhia JBS S.A.

Com o andamento das investigações da Polícia Federal e os desdobramentos do Acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal a JBS S.A. realizou um acordo onde se compromete a adotar determinadas medidas, entre elas as que propõe melhoria na prática de governança corporativa. (Oliveira et al, 2018). Após esses escândalos a JBS vem divulgando em “Comunicados ao Mercado”, “Fatos Relevantes”, “Relatório da Administração” e “Formulário de Referência” medidas, de forma mais transparentem, que possa mudar a imagem da companhia e medidas de melhores práticas de governança corporativa.

O Manual de Boas Práticas do IBGC contém diversas medidas, entre elas, que pode a ser adotada pela JBS S.A., em que uma Companhia deveria dispor de conselheiros independentes, o que se daria com a iniciativa privada e não tenham vínculos partidários.



## **5. CONCLUSÃO**

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram analisados os princípios, conceitos, evolução e origem da Governança Corporativa, para que possa ser demonstrada de forma mais clara como a Governança Corporativa atua na detecção de fraudes contábeis dentro das organizações. Foram analisados também, os tipos principais conceitos e tipos de fraudes no qual a Governança Corporativa pode atuar de forma preventiva.

A prática da Governança Corporativa propõe a criações de áreas que gera mais credibilidade aos seus stakeholders. Entre essas áreas que podem ser criadas, vale destacar as já mencionadas no decorrer dessa pesquisa, como comitês, auditoria, transparência de informações contábeis e conselhos.

Com as mudanças tecnológica que estão ocorrendo no mundo moderno, a economia tem se desenvolvido de forma mais rápida e ultrapassando barreiras comerciais, que antes eram inimagináveis. O mercado mundial se tornou cada vez mais competitivo e exigente.

No Brasil foi criado o IBGC para ser o órgão principal para criação de regulamentos e diretrizes da Governança Corporativa a fim de estabelecer um melhor relacionamento das empresas com seus interessados. Segundo a instituição, a Governança Corporativa foi criada para solucionar o chamado conflito de agência, que consiste no conflito entre o proprietário (acionista) e administrador, com função de decisão. Essas decisões geralmente geram divergências entre os pensamentos que podem ser solucionadas de uma forma adequada em que ambos possam compreender as diferentes visões, através de métodos da Governança Corporativa.

Durante a pesquisa, detalhamos os tipos de fraudes que podem ocorrer dentro de organizações. Verificou-se que a ocorrência de fraude nas grandes organizações, tentem ser maior, principalmente pelo grande volume de valores monetários que transito pela organização e pela vontade da alta administração obter vantagens ilícitas, através de seus conhecimentos sobre o mercado, a organização e de regulamentos.

Contudo, o objetivo desse estudo foi de relacionar a Governança Corporativa na detecção de fraudes contábeis. Tendo em vista todos os benefícios trazidos pela prática, percebe-se que é imprescindível para a detecção e prevenção desses atos ilícitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOT, L.; PARK, Y.; PARKER, S. The effect of audit committee activity and independence on corporate fraud. *Management Finance*, v.26, n. 11, p. 55-67, 2000
- ALBRECHT, C.; KRANACHER, M.; ALBRECHT, S. Asset Misappropriation Research White Paper for the Institute for Fraud Prevention (2008). Institute Fraud Prevention.
- . AMARAL, H. F.; IQUIAPAZA, R. A.; TOMAZ, W. P; BERTUCCI, L. A. Corporate governance and release of annual financial statements. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 19, n. 1, p. 61-82, jan./mar., 2008.
- ANDREATT, A. et al. A controladoria nas grandes indústrias têxteis do Vale do Itajai/SC. Caminhos, RS, 2009.
- ARAÚJO, G. V. O Combate à Corrupção no Brasil: Desafios e Perspectivas - I Concurso de Monografias e Redações – Controladoria Geral da União – 2005.
- Site <https://gestaodesegurancaprivada.com.br/conceito-de-fraude-o-que-e-definicao/>
- ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS (ACFEa, 2010). *Fraud Tree*.
- ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS, *Fraud Examiners Manual* (International Edition). Austin, Texas, 2017
- ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS (ACFEa, 2012). *Anti-Fraud Resource Guide; First Quarter 2012; What Lurks Inside the Fraudster's Mind?*
- BADAWI, I. M. Global corporate accounting frauds and action for reforms. *Review of Business*, v. 26, n. 2, 2005)
- BUTTERFIELD, K.; TREVIN, L.; WEAVER, G. Moral awareness in business organizations: influences of issue-related and social context factors. *Human Relations*, v.53, n. 7, p. 981-1018, 2000
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *CFC – NBC T 11 - IT 3 Fraude e Erro*, 1999. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1103.htm>>
- CVM. Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999.
- DECHOW, P. M.; SCHRAND, C. M. Earnings quality. *The Research Foundation of CFA Institute*, v. 2004, n. 3, 151 p., 2004.
- DORMINEY, W. J.; FLEMING, A.S; KRANACHER, M.; RILEY JR., A. R. Beyond the Fraud Triangle: Enhancing Deterrence of Economic Crimes. *Journal of the Association of Certified Fraud Examiners. Fraud Magazine*, Austin-TX, U.S.A., v. 26, n. 5, Sep/Oct, 2011.
- FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *CFC – NBC TA 240 (R1) Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis*, 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>

- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999, p.26
- GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002, p.41
- HENDRIKSEN, Elton S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas 1999.
- HITT, M; IRELAND, R & HOSKISSON, R. (2003). Administração estratégica 2ª Edição, p.274: competitividade e globalização. São Paulo: Thomson Learning
- HOUAISS, A. Dicionário eletrônico da língua portuguesa. São Paulo, 2007
- <https://www.devmedia.com.br/evolucao-da-governanca-corporativa/29807CONSELHO>. Acesso em: 20 de junho de 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, 5ª edição, São Paulo. IBGC, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, 4ª edição, São Paulo. IBGC, 2009.
- IRWIN, T. H. Cornell University. A Ética como uma Ciência Inexata - as Ambições de Aristóteles para a Teoria Moral. Analytica, v. 1, n. 3, p. 13, 1996.
- JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. Journal of Financial Economics, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de economia: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [original de 1920]
- MERRET. CIA, Josilmar Cordenonssi; GUARITA, Celeste Indio; CIA Joanília Neide de Sales. O Duplo Papel do Investidor Institucional: influenciador do Corporate Governance e gestor de carteiras. Enanpad, 2002.
- . MUNIZ, Joaquim de Paiva. Poder de controle, conflito de interesses e proteção aos minoritários e stakeholders. Revista de direito bancário e do mercado de capitais. 28 edição. Abril/Junho de 2005.
- NASCIMENTO. A.M. et al. Controladoria: Um enfoque na eficácia organizacional. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- OLIVEIRA, PABLINNE DE PAULA; GUERRA, MARIANA; RODRIGUES, FERNANDA FERNANDES. Estudo de Escândalos de Corrupção na JBS S.A. a partir das Estratégias de Legitimidade Organizacional de Lindblom 4º Congresso UnB de Contabilidade e Governança – Brasília, DF de 28 a 30 de novembro 2018.
- RODRIGUES, José Antonio; MENDES, Gilmar de Melo. Governança Corporativa: estratégia para geração de valor. São Paulo: Qualitymark Editora Ltda. 2004.
- RAE – Revista de Administração de Empresas, vol. 52, num 4, agosto, 2012, pp. 464-472 (Paulino da Costa, Ana Paula, Wood Jr., Thomaz – São Paulo, Brasil)
- SAITO, Richard e SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. Governança Corporativa: Custos

de Agência e Estrutura de Propriedade. 2008.

SÁ, A. L.; HOOG, W. A. Z. Corrupção, Fraude e Contabilidade. Curitiba. 3. ed. Juruá Editora, 2010.

SCHNATTERLY, K. Increasing firm value through detection and prevention. Strategic Management Journal, v. 24, n. 7, p. 587-614, 2003

WELLS, J. T. Principles of Fraud Examination. 2nd. ed. New Jersey: Wiley, 2008.